



UFMS
Técnico em Enfermagem

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Gêneros e tipologias textuais	6
Funções da linguagem	12
Coesão textual.....	13
Ortografia (emprego das letras, do hífen e de iniciais maiúsculas ou minúsculas)	14
Acentuação, incluindo conhecimentos sobre as novas normas.....	18
Emprego de parônimos, homônimos e formas variantes	22
Emprego das classes de palavras.....	23
Períodos compostos por coordenação e subordinação; orações reduzidas.....	34
Regência (verbal e nominal).....	38
Crase	40
Concordância nominal e verbal	44
Emprego dos tempos e modos verbais	46
Pontuação	52
Questões	56
Gabarito.....	65

LEGISLAÇÃO

Regime jurídico dos servidores públicos federais (lei nº 8.112, De 11 de dezembro de 1990)	1
Marco legal de ciência, tecnologia e inovação (decreto nº 9.283, De 7 de fevereiro de 2018)	46
Estatuto da ufms (resolução nº 93, coun/ufms, de 28 de maio de 2021).....	79
Regimento geral da ufms (resolução nº 137, coun/ufms, de 29 de outubro de 2021) ...	92
Código de ética profissional dos servidores da ufms (resolução nº 123, coun/ufms, de 31 de agosto de 2021)	110
Política de sustentabilidade da ufms (resolução nº 260-cd/ufms)	120
Questões	125
Gabarito.....	129

SUMÁRIO

SUMÁRIO



RACIOCÍNIO LÓGICO

Lógica sentencial, proposições, valores lógicos, sentenças abertas, conectivos lógicos, tabelas-verdade, contradição, negação, contingência, proposições logicamente equivalentes, argumento. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz de forma válida a conclusões determinadas	1
Diagramas lógicos	14
Raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal	17
Geometria plana e espacial.....	23
Princípio fundamental de contagem. Análise combinatória.....	35
Probabilidade.....	41
Porcentagem	44
Questões	46
Gabarito.....	54

LÍNGUA INGLESA

Compreensão e interpretação de texto (sentido global do texto, localização de determinada ideia, palavras cognatas).....	1
Aspectos gramaticais em nível funcional, ou seja, como acessório à compreensão do texto.....	4
Conhecimento de vocabulário fundamental	22
Questões	54
Gabarito.....	61

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Princípios básicos da enfermagem	1
Técnicas de higiene e conforto do paciente	5
Administração de medicamentos e cálculo de dosagens	21
Sinais vitais (aferição e interpretação de pressão arterial, frequência cardíaca, frequência respiratória e temperatura)	31
Biossegurança e controle de infecções hospitalares	50
Assistência em situações de urgência e emergência.....	59
Anatomia e fisiologia	62
Saúde coletiva e pública: políticas de saúde no Brasil, com ênfase no sistema único de saúde (SUS), seus princípios, diretrizes e organização.....	90
Atenção básica e estratégia saúde da família (ESF).....	100

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Noções de epidemiologia	108
Promoção e prevenção em saúde.....	110
Notificação de agravos e doenças de notificação compulsória; vacinação infantil	113
Vacinação e calendário nacional de imunização	116
Cuidados pré, intra e pós-operatórios; cuidados perioperatórios, como limpeza, esterilização e desinfecção de materiais; assistência de enfermagem em procedimentos invasivos, como sondagem, drenagem e curativos.....	123
Tratamento de feridas, incluindo classificação, técnicas de limpeza e uso de coberturas; prevenção e manejo de úlceras por pressão	167
Assistência a pacientes com doenças crônicas, como diabetes, hipertensão e insuficiência renal	175
Assistência ao pré-natal, parto e puerpério; cuidados ao recém-nascido, como avaliação do apgar, amamentação e cuidados gerais; doenças comuns da infância; crescimento e desenvolvimento infantil; cuidados de enfermagem em casos de gestação de alto risco	184
Protocolo de suporte básico de vida (sbv); atendimento inicial em casos de trauma (abcd do trauma); cuidados em parada cardiorrespiratória.....	217
Assistência em emergências clínicas, como AVC, IAM, choque e convulsões.....	249
Transporte de pacientes graves	256
Código de ética dos profissionais de enfermagem; direitos e deveres do técnico de enfermagem; sigilo profissional e relação com o paciente.....	261
Lei do exercício profissional da enfermagem (lei nº 7.498/86); Responsabilidade civil e penal do técnico de enfermagem	274
Noções básicas sobre saúde mental; cuidados em enfermagem para pacientes com transtornos mentais; abordagem ao paciente em crise emocional; prevenção ao suicídio e apoio psicológico	288
Principais classes de medicamentos e seus mecanismos de ação; cuidados na administração de medicamentos e vias de administração; efeitos adversos e interações medicamentosas; armazenamento e descarte de medicamentos	307
Noções de primeiros socorros: atuação inicial em casos de ferimentos, queimaduras, intoxicações e fraturas; técnicas de imobilização e transporte; reconhecimento de situações de risco de vida.....	315
Uso básico de computadores e sistemas operacionais	343
Noções de ferramentas do pacote office (word, excel, powerpoint).....	366
Navegação na internet e segurança da informação.....	392
Registro eletrônico em sistemas de saúde.....	399
Questões	403
Gabarito.....	409

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.



LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, DETERMINADA PELO ART. 13 DA LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 4º É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

TÍTULO II

DO PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - aptidão física e mental.

§1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.



A habilidade de discernir e construir relações lógicas entre entidades diversas é uma competência fundamental no pensamento analítico. Ela permite que um indivíduo percorra informações e estabeleça conexões significativas, mesmo quando os elementos envolvidos são abstratos ou hipotéticos. Ao explorar este domínio, desenvolve-se a capacidade de extrair conclusões válidas e verificar a solidez das premissas subjacentes. Tal habilidade é crucial para a resolução de problemas complexos e para a tomada de decisões informadas em uma variedade de contextos.

Agora, veremos os conteúdos necessários para aprimorar essa habilidade:

LÓGICA PROPOSICIONAL

Antes de tudo, é essencial compreender o conceito de proposições. Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

- **Sentenças Abertas**

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”



A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.

O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.

A seguir, o tema será explorado em três partes: o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA

O primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:

- **Active vocabulary (vocabulário ativo):** composto por palavras que o leitor é capaz de usar em sua própria produção oral e escrita.
- **Passive vocabulary (vocabulário passivo):** formado por palavras que o leitor reconhece e compreende quando encontra em um texto, mas que pode não usar com frequência em suas próprias falas ou escritas.

Para interpretar textos com precisão, é necessário ampliar o vocabulário passivo, pois ele representa uma grande parte das palavras encontradas em leituras acadêmicas, jornalísticas, literárias e técnicas. Estratégias como a leitura regular de diferentes tipos de textos, o uso de flashcards, a prática de contextos de uso e o estudo de sinônimos e antônimos ajudam a expandir esse repertório.

Além do vocabulário isolado, é fundamental compreender o uso de expressões idiomáticas (idiomatic expressions), phrasal verbs, collocations (combinações de palavras que ocorrem naturalmente) e false cognates (falsos cognatos), que podem levar a interpretações equivocadas se não forem bem conhecidos. Por exemplo, o termo “actually” em inglês significa “na verdade” e não “atualmente”, o que é um erro comum entre estudantes de inglês.

O domínio da estrutura da língua (grammar structures) também é essencial. Isso inclui o conhecimento de tempos verbais (verb tenses), vozes ativa e passiva (active and passive voice), uso de modais (modal verbs), estruturas condicionais (conditional sentences) e conjunções (conjunctions) que conectam ideias. A compreensão da gramática permite que o leitor identifique o papel de cada elemento no texto, facilitando a interpretação de informações implícitas e explícitas.

Por exemplo, ao ler a frase “If I had known about the meeting, I would have attended,” o leitor deve reconhecer que se trata de uma third conditional sentence, que expressa uma situação hipotética no passado, indicando que o falante não sabia da reunião e, portanto, não compareceu. Esse entendimento é crucial para interpretar o significado além das palavras individuais.

O conhecimento gramatical também contribui para a identificação de referências anafóricas e catafóricas (quando um pronome ou termo faz referência a algo já mencionado ou que será mencionado no texto), o que é fundamental para manter a coesão e entender como as ideias se relacionam.

Assim, o domínio do vocabulário e da estrutura gramatical da língua inglesa é o alicerce para uma leitura eficiente, permitindo que o leitor vá além da decodificação de palavras para compreender o significado completo do texto.



BIOÉTICA NA PRÁTICA DE ENFERMAGEM:

A bioética é um campo da ética que surgiu para discutir as implicações morais das práticas na área da saúde. Na enfermagem, ela é fundamental, pois orienta as decisões clínicas que envolvem a vida, a morte, o sofrimento, o respeito à autonomia do paciente e o limite da atuação profissional.

Os quatro princípios da bioética aplicados à enfermagem são:

- Autonomia: o paciente tem o direito de decidir sobre seu próprio corpo e tratamento, desde que esteja em condições de fazê-lo.
- Beneficência: o profissional deve sempre buscar o bem-estar do paciente.
- Não maleficência: evitar causar danos ao paciente, mesmo que involuntariamente.
- Justiça: igualdade no acesso ao cuidado, sem discriminação de qualquer tipo.

A aplicação desses princípios na prática diária exige julgamento clínico, empatia e um entendimento aprofundado da situação de cada paciente.

Legislação profissional e o Código de Ética da Enfermagem:

A profissão de enfermagem no Brasil é regulamentada pela Lei nº 7.498/1986, que define as atribuições dos auxiliares, técnicos e enfermeiros. Além disso, há a Resolução COFEN nº 564/2017, que aprova o atual Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (CEPE).

Os principais pontos do Código de Ética incluem:

- Respeito à dignidade humana em todas as situações;
- Sigilo profissional, exceto em casos previstos por lei;
- Responsabilidade pela qualidade da assistência prestada;
- Proibição de delegar atos exclusivos do enfermeiro a outros profissionais;
- Liberdade de recusar-se a realizar atividades que contrariem sua consciência ética.

O Código de Ética orienta o comportamento esperado dos profissionais e serve de base para sanções disciplinares em caso de infrações.

Responsabilidade e autonomia profissional:

O profissional de enfermagem responde ética, civil e penalmente por seus atos. Isso significa que:

- Responsabilidade ética: está ligada ao Código de Ética. Infrações podem levar a advertências, suspensões ou cassação do exercício profissional.
- Responsabilidade civil: diz respeito aos danos causados ao paciente. O profissional pode ser processado e condenado a pagar indenizações.
- Responsabilidade penal: ocorre quando há crime, como negligência grave, imperícia ou omissão dolosa, podendo resultar em prisão.

No entanto, os profissionais também possuem autonomia para tomar decisões dentro de suas competências, especialmente os enfermeiros, que lideram equipes e elaboram o Processo de Enfermagem. Essa autonomia é reconhecida legalmente, mas deve sempre respeitar os limites éticos e legais.

Exemplos que caem em prova:

- Um técnico de enfermagem não pode prescrever medicamentos, mesmo sob supervisão.
- O enfermeiro pode recusar-se a executar um procedimento caso ele viole princípios éticos — mas deve justificar e documentar a recusa.